www.diariodamanha-pe.com.br

QUANDO NÃO SE PROCURA CORRIGIR OS PEQUENOS DEFEITOS RESVALA-SE POUCO A POUCO PARA OS MAIORES
(Imitação de Jesus Christo)

Diário da Manhã

O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927

PREÇO R$ 1,00
08 PÁGINAS

Fundador: Carlos de Lima Cavalcanti - Recife, quinta - feira, 03 de abril de 2025 - ANO XXIV Nº 26.791 DIRETORA: BEATRIZ GOUVEIA

Fósseis brasileiros levados ilegalmente ao Reino Unido são repatriados

O Ministério Público Federal (MPF) repatriou 25 fósseis de insetos originários da Chapada do Araripe, no Ceará, que foram levados clandestinamente para o Reino Unido. O material tem cerca de 100 milhões de anos.

O pedido de devolução das peças históricas é resultado de investigação aberta pelo procurador da República Rafael Ribeiro Rayol, após receber denúncia feita por uma pesquisadora, em fevereiro de 2023.

Com base em laudos paleontológicos que certificaram a origem brasileira dos fósseis, a Secretaria de Cooperação Internacional do MPF pediu auxílio jurídico das autoridades britânicas para localizar o responsável pela venda, obter informações sobre a origem do material e providenciar o retorno do patrimônio ao Brasil.

Com o apoio da Polícia Federal brasileira, as peças chegaram à Procuradoria-Geral da República, em Brasília, na última semana, e agora serão transferidas para o Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens, que fica em Santana do Cariri (CE).

O laudo técnico que serviu de base para o pedido feito pelo MPF às autoridades britânicas identificou a



presença de pedra cariri nos fósseis, que é típica da Formação Crato, presente nos municípios de Santana do Cariri e Nova Olinda, ambos no Ceará.

O documento afirma ainda que o material passou por processo de preparação que torna os fósseis mais valorizados no mercado de colecionadores. Com o retorno das peças ao Brasil, agora o MPF vai dar prosseguimento às apurações, na tentativa de identificar os responsáveis pela extração ilegal do patrimônio público.

O procurador da República Rafael Ribeiro Rayol ressalta que a repatriação desse tipo de material vai muito além do que o simples cumprimento da lei, dado o valor histórico e a importância científica. “A repatriação permite que o patrimônio volte para a propriedade da União, ao povo brasileiro, e passe por análise científica, por exposição museológica e, assim, seja apresentado à população”, enfatiza.

Para o procurador, a repatriação contribui, ainda, para a cultura brasileira de forma geral, ao “permitir que a população possa conhecer um pouco da história da nossa terra, de como foi a evolução do Brasil e dos animais que aqui habitaram há milhões de anos”.

O Brasil possui uma das mais ricas diversidades de fósseis no mundo, especialmente em regiões como a Chapada do Araripe, que abriga fósseis do período Cretáceo — de 145 milhões a 66 milhões de anos atrás. No entanto, por décadas muitos desses fósseis foram retirados ilegalmente e enviados para coleções privadas e museus estrangeiros, muitas vezes sem o devido registro científico. De 2022 para cá, o MPF já conseguiu repatriar mais de mil fósseis de animais e plantas.

Há ainda outros dois casos em tramitação na Justiça da França que envolvem um esqueleto quase completo de pterossauro da espécie Anhanguera, com quase 4 metros de envergadura, e outros 45 fósseis, que incluem tartarugas marinhas, aracnídeos, peixes, répteis, insetos e plantas, alguns com milhões de anos. Esse material está avaliado em quase 600 mil euros (cerca de R$ 4 milhões, pelo câmbio atual).

Tráfico de fósseis

A legislação brasileira proíbe a exploração e venda de fósseis brasileiros. Desde a década de 1940, o Decreto-Lei 4.146/42 veda a extração, comercialização, transporte e exportação desse tipo de material sem a prévia e expressa autorização do governo brasileiro. Assim, qualquer aquisição, transporte, comercialização ou guarda de fósseis brasileiros retirados sem autorização é ilegal.

Fonte: correiobraziliense.com.br
Foto: Antônio Augusto/Comunicação/MPF

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife
26°
22°

DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Governo vai lançar programa para apoiar produtores rurais indígenas

Anúncio das ações será feito pelo presidente Lula



O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, informou hoje (2) que o governo irá anunciar, em breve, um programa de assistência técnica especializada para assessorar indígenas em suas plantações. O programa deve ser lançado nos próximos dias, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme antecipou o ministro à Agência Brasil, em entrevista exclusiva, a iniciativa atenderá, primeiro, povos do Xingu. Também na primeira etapa serão priorizados os guarani kaiowá, que vivem em Mato Grosso do Sul.

O ministro destacou que, atualmente, dentro do Plano Safra, de concessão de crédito para quem atua como produtor rural, já existe uma categoria específica para quilombolas e indígenas.

Ao todo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que empresta crédito com juros mais baixos do que o mercado, possui 14 modalidades, sendo que esses dois grupos minoritários podem se encaixar no Pronaf A e A/C, que também contempla beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária e do Plano Nacional de Crédito Fundiário.

"Já tem um Pronaf para indígenas. Um financiamento de R$ 50 mil, com 5% de juros, desconto de 20% do valor financiado", explicou Teixeira.

"Tem que ter uma cultura própria, porque os indígenas querem produzir seus alimentos, mas esbarram em coisas formais", acrescentou o ministro.

O Plano Safra 2024/2025 tem um montante de R$ 400,59 bilhões de crédito para produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). No final de fevereiro, o governo federal editou a Medida Provisória (MP) 1.289/25, obtendo R$ 4,17 bilhões de crédito extraordinário para o Plano Safra 2024/2025. Desse total, R$ 3,53 bilhões foram para cobrir operações de custeio agropecuário, comercialização de produtos agropecuários e investimento rural e agroindustrial, e o restante, R$ 645,7 milhões, para as ações do Pronaf.

Quanto aos resultados do Pronaf A, o governo identificou um aumento de 49% sobre o número de operações e de 105% no valor financiado, que subiu de R$ 116 milhões na safra passada para R$ 239 milhões. Uma das críticas do movimento indígena é que a quantia reservada ao agronegócio seria um dos fatores que mais contribuem para sua expansão, enquanto, por outro lado, as demarcações de terras dos povos originários, além de estarem congeladas ou não avançarem em nenhuma fase, não teriam verbas. Estas verbas, argumentam lideranças do movimento, são imprescindíveis, por exemplo, para garantir estrutura e pessoal para processos de desintrusão, ou seja, retirada de invasores e manutenção de equipes de segurança pública.

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc) de Mato Grosso do Sul, os primeiros indígenas a adquirir recursos pelo Pronaf A do Brasil foram os terena Oto Pauferro e Livrada Pauferro. Eles vivem em uma aldeia de Nioaque, um dos sete municípios habitados por esses povos.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Arquivo/Agência Brasil

Diário da Manhã
O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927
FUNDADOR: CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

DIRETORA SUPERINTENDENTE E REDATORA CHEFE
BENITA GOUVEIA DE MEIRELLES

DIRETORA PRESIDENTE
BEATRIZ F. DE GOUVEIA

DIRETOR COMERCIAL
HELENO F. GOUVEIA FILHO

RUA BARROS BARRETO, Nº 16 - SANTO AMARO - RECIFE-PE

AS MATÉRIAS E /OU ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONDIZENDO , NECESSARIAMENTE, COM A OPINIÃO DO JORNAL. OS COLABORADORES NÃO TEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O JORNAL

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Mãe é presa por tentar vender bebê para pagar aluguel

Uma mulher foi presa por tentar vender a bebê recém-nascida em Goiânia (GO). Além da mãe, foram detidos o padastro da criança, uma empresária e uma funcionária dela. Os quatros foram presos em flagrante no domingo (30/3) pelo crime de tráfico de pessoas.

O delegado Humberto Teófilo, responsável pela investigação do caso, disse ao Correio que a mulher "negociou" a bebê de 27 dias com a promessa de receber uma quantia em dinheiro para pagar o aluguel e um curso de culinária.

A Polícia Civil passou a investigar o caso a partir de uma denúncia anônima. Policiais civis apuraram a procedência das informações e abordaram o casal, que prontamente disse que a criança estava com uma empresária no bairro João Braz, em Goiânia.

Os policiais tiveram acesso a uma troca de mensagens entre a funcionária e a empresária, que disse que pagaria R$ 5 mil pela bebê. "Arruma uma buchuda para me dar um filho. Se for menino, melhor ainda. Se for preto então, melhor ainda", diz um trecho da conversa.

O bebê foi resgatado pela Polícia Civil de Goiás e posteriormente entregue ao Conselho Tutelar. A criança está em um abrigo provisório.

Fonte: correiobraziliense.com.br



Foto: Divulgação/PCGO

Heleno F. Gouveia Filho
Beatriz F. de Gouveia

Advogado é preso por maus-tratos e exploração financeira contra a mãe idosa

Um advogado de 58 anos foi preso pelos crimes de maus-tratos, abandono de incapaz, abandono em hospital e exploração financeira contra a própria mãe. A prisão foi feita nesta terça-feira (1º/4) em Goiânia pela Polícia Civil do estado de Goiás (PCGO).

A mulher de 85 anos foi abandonada em uma unidade de saúde em estado gravíssimo. "Completamente desnutrida, com lesões pelo corpo, suja de fezes e urina, com dificuldades para respirar e sem lucidez para se comunicar", conforme noticiou a Polícia Civil de Goiás.

A polícia foi acionado e com o apoio de papiloscopistas da Superintendência de Identificação Humana da PCGO foi possível identificar a vítima — que estava sem documentos — e também dois filhos da mulher.

Em seguida, a polícia procurou o suspeito, que foi localizado em um apartamento no Setor Oeste da capital de Goiás. Ele tentou justificar o abandono dizendo que cuidava da mãe da melhor forma possível, mas que, em função da piora do estado de saúde, havia levado a mãe para a unidade de saúde dois dias antes, com a intenção de visitá-la depois. Ao verificar as dependências da casa, os policiais constataram a ausência de alimentos básicos e um ambiente insalubre.

O delegado Alexandre Bruno, responsável pelo caso, explicou que os policiais chegaram até a casa do suspeito na hora do almoço, por volta de 12h, e encontrou o homem dormindo. "Ele foi autuado por abandono e exploração financeira. As penas somadas ultrapassam 12 anos. Após a prisão em flagrante já foi solicitada conversão em preventiva. O inquérito será remetido em 10 dias e provavelmente ele será indiciado pelos mesmos crimes", detalhou o delegado.



Fonte: correiobraziliense.com.br
Foto: Reprodução Polícia Civil GO

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Fórum sobre o Queijo Minas Artesanal chega a Uberlândia, no Triângulo Mineiro

Modos de fazer queijo artesanal em Uberlândia - Uberlândia, situada na microrregião do Triângulo Mineiro, será o cenário do quarto fórum de escuta e discussão do projeto "Promoção dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal - Patrimônio Cultural Brasileiro". O encontro está agendado para dia 3 de abril, das 13h30 às 16h, no Parque de Exposições Camaru, durante a Femec 2025 – Feira do Agronegócio Mineiro. A ação, realizada pelo Instituto Periférico, abre espaço para diálogo e valorização das tradições ligadas à produção do Queijo Minas Artesanal, reunindo produtores, instituições, comerciantes e outros atores relevantes da cadeia produtiva.



A expectativa é que as trocas ajudem a fortalecer a posição do Queijo Minas Artesanal como um patrimônio cultural e a destacar a rica tradição dessa produção na região e, para isso, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) tem realizado uma intensa mobilização com produtores para que participem da iniciativa.

Entre os parceiros locais, estão a Prefeitura Municipal de Uberlândia, a Associação dos Produtores de Queijo Minas Artesanal do Triângulo Mineiro, o Sebrae, a Abrasel e o Sindtur.

Gabriela Santoro, diretora-presidente do Instituto Periférico, destaca a relevância das ações: "buscamos valorizar, por meio dos fóruns, as técnicas que envolvem a produção do Queijo Minas Artesanal, enaltecendo os saberes seculares presentes na nossa cultura alimentar. Os fóruns representam uma oportunidade para todos os interessados neste bem cultural e a participação das comunidades será essencial para o sucesso dessa iniciativa, que visa promover e preservar a rica tradição do estado de Minas Gerais".

De acordo com o gerente regional da Emater-MG em Uberlândia, Gilberto Carlos de Freitas, o reconhecimento pela Unesco dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal como patrimônio cultural imaterial da humanidade foi uma enorme conquista e também uma grande responsabilidade para todos, instituições do setor e produtores rurais. "Precisamos continuar trabalhando cada vez mais em prol da qualidade e traçando novas estratégias para continuarmos abrindo novos mercados e obtendo novas conquistas, as quais trazem cada vez mais reconhecimento e valorização para as famílias rurais produtoras do nosso queijo mineiro. Aqui no Triângulo Mineiro, esse trabalho ainda é recente, com apenas 10 anos, considerando que a região foi caracterizada como produtora de queijo minas artesanal em 2014. De lá pra cá, foi muito trabalho desenvolvido pela nossa equipe da Emater-MG e também muitas conquistas como diversos queijos premiados em concursos nacional e internacional, comercialização para vários estados além do fomento do turismo rural queijeiro na região", ressalta.

Para a vice-presidente da Associação dos Produtos de Queijo Artesanal do Triângulo (Aqmatri), Walquiria Naves, no Triângulo Mineiro, a tradição do modo de fazer o Queijo Minas Artesanal tem sido cada vez menos preservada. "O fórum de escuta e discussão terá um papel essencial no resgate, na valorização e na conscientização sobre a importância desse patrimônio cultural imaterial da humanidade, incentivando sua continuidade entre os produtores da região", reconhece Walquiria

Sem necessidade de inscrição prévia, o evento é gratuito e aberto ao público. Esta iniciativa compõe uma série de dez encontros regionais, promovendo discussões sobre as oportunidades e desafios que os produtores de Queijo Minas Artesanal enfrentam, aproveitando os saberes tradicionais para fortalecer a cultura e a economia local.

O Projeto "Promoção dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal - Patrimônio Cultural Brasileiro" é uma realização do Instituto Periférico, a partir de recursos contemplados via Plataforma Semente | Cemais, por meio do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura e Turismo de Minas Gerais, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Associação Mineira do Queijo Artesanal (Amiqueijo), com apoio técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG).

Coluna Minas Turismo Gerais
Jornalista Sérgio Moreira
enviarInformações para
sergio51moreira@bol.com.br
@sergiomoreira63
Fonte: melhorviagemlp.com
Foto: Divulgação

Luiz Felipe Moura
(colaborador autônomo)

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrazio

Autismo: entenda os impactos do diagnóstico tardio em adultos

Desde que pode se lembrar, a nutricionista Beatriz Lamper Martinez, de 48 anos, sempre apresentou características distintas e que, até pouco tempo, não podiam ser facilmente explicadas.

Na infância, a mãe se referia a ela como uma criança excessivamente sensível e madura para a idade, que se envolvia emocionalmente com problemas de pessoas mais velhas.

Na adolescência, ela teve poucos melhores amigos, o que se mantém ainda hoje. Durante a vida adulta, foram muitas as dificuldades de convivência e poucos relacionamentos duradouros.

Em setembro do ano passado, Beatriz foi diagnosticada com transtorno do espectro autista (TEA). À Agência Brasil, ela disse que buscou o diagnóstico porque, desde 2013, era tratada para transtornos como depressão e ansiedade, mas sem sucesso. “Muda medicação, aumenta medicação, mas eu nunca ficava estável”.

Foi um relacionamento com o pai de uma criança com TEA que a fez abrir os olhos para características próprias que coincidiam com o quadro em questão. “Ao longo dos meses, comecei a me identificar com aquelas informações”.

“Foram oito meses tendo acesso a tudo isso. Comecei a ler a respeito, procurar mais coisa. Resolvi ir atrás de um psiquiatra que entendesse do assunto. Inicialmente, me deram um diagnóstico clínico de TEA. No fundo, eu já sabia, mas fui fazer testes neuropsicológicos. Procurei uma clínica, já que é uma bateria de exames, perguntas, desenhos, entrevistas. E veio a confirmação de que sou mesmo autista nível 1 de suporte. O diagnóstico também acusou altas habilidades, com QI [quociente de inteligência] acima da média.”

Com o diagnóstico, Beatriz pode entender que as crises que se manifestaram durante boa parte da vida não eram pura e simplesmente causadas por transtornos como ansiedade ou depressão. “Na literatura, mulheres que têm diagnóstico tardio de TEA, em sua maioria, desenvolvem ansiedade e depressão na vida adulta”. Atualmente, as crises, segundo ela, se mantêm presentes, mas são compreendidas de uma forma completamente diferente diante do diagnóstico.

“Hoje, por exemplo, estou muito, muito cansada. Não consigo me levantar, estou em crise. Antes, eu achava que isso era o início de uma depressão, uma recaída. Hoje, sei que não estou tendo uma recaída, estou tendo uma crise. Preciso descansar, ficar quieta, dormir e, com isso, vou melhorar. O diagnóstico, pra mim, trouxe uma certa libertação pra poder entender porque tenho sempre tantas crises, tantos altos e baixos.”



“Quando recebi o diagnóstico, foi um certo alívio. Pra começar a me entender de uma outra forma. Antes, eu pensava: ‘Que sentido tem a vida? Pra quê viver desse jeito, sempre tendo crises, com vontade de ficar quieta, de não querer fazer as coisas’? Com o diagnóstico, a gente pensa: ‘Eu sou só diferente e preciso aprender a lidar com isso’. No início, foi um alívio. Mas, logo em seguida, já vieram várias questões sociais muito difíceis de lidar”, disse, ao relatar que, entre os membros da família, apenas a irmã sabe do diagnóstico.

“A sociedade não está preparada, como um todo. Pessoas muito próximas de mim foram bem resistentes ao meu diagnóstico, o que me chocou muito. Mas a gente tem que entender, a vida é assim. No trabalho, pedi pra fazer mudanças de rotina porque eu trabalhava em um ambiente com muito estímulo sensorial. Minha chefe direta me mudou de área, fui pra um setor administrativo mais calmo, mais tranquilo. O trabalho em si foi adaptado. E entrei com um pedido de reconhecimento de PCD [pessoa com deficiência] pra ter meus direitos”, explicou.

Cecilia Avila

A publicitária Cecilia Avila, de 24 anos, sempre apresentou sensibilidade extrema a sons e texturas, principalmente de roupas. Quando criança, reclamava com a mãe de etiquetas e tecidos que pinicavam.

Ainda na infância, também detestava que penteassem seu cabelo. “Ficava cheio de nós e, pra desembaraçar depois, era um sofrimento”, lembra.

Durante a adolescência, teve dificuldade pra fazer amigos e pra compreender piadas e ironias, mesmo em tirinhas simples usadas nas aulas de língua portuguesa.

No ano passado, Cecilia também foi diagnosticada com TEA. “Eu não me encaixava em algumas relações sociais. Sempre fui mascarando essas coisas. Até que, adulta, uma colega que estudou comigo comentou que teve o diagnóstico. Conversei com ela e, assim, começou a minha busca. Querendo ou não, o diagnóstico tardio impacta porque a gente cresceu mascarando os nossos traços. Se não mascarava, as pessoas falavam que era frescura, só uma sensibilidadezinha que depois passa, birra ou drama.”

“Você cresceu de uma forma e, quando vem o diagnóstico, você sente: ‘Nossa, finalmente consigo me entender. Sei o que tenho e não fui só uma criança chata, fresca, dramática, que não queria vestir as coisas’. Por outro lado, a gente fica duvidando: ‘Será que eu realmente sou autista?’ A gente cresceu ouvindo coisas e, quando vem a explicação, a gente fica meio na dúvida. Mas, ao mesmo tempo, é um alívio.”

Para a publicitária, um combo de fatores normalmente leva ao diagnóstico tardio de TEA, incluindo falta de informação, dificuldade de acesso aos sistemas de saúde, dificuldades financeiras e falta de apoio familiar. “Muitas vezes, os filhos são diagnosticados com TEA e os pais, quando vão pesquisar para entender os filhos, acabam se vendo muito naquelas características. Há muitos relatos assim”, disse.

“Acredito que o diagnóstico, mesmo sendo tardio, é importante. Você passa a se conhecer, entende os seus limites, entende até aonde pode ir, quanto tempo você consegue ficar numa interação social, quanto tempo consegue suportar determinados barulhos ou luzes. E envolve comidas também, já que o autismo traz uma seletividade alimentar que pode variar muito de caso pra caso.”

“Cabe às pessoas entender que não é frescura. ‘Ai, barulho alto’. Não é frescura, está realmente incomodando. ‘Ai, não come tal coisa’. Não é frescura, é que eu realmente não consigo comer. Nesse sentido, o diagnóstico, mesmo que tardio, ajuda, porque a gente começa a se entender e ver que, lá na infância, não era uma criança fresca, chata ou birrenta e que havia uma explicação pra você agir como agia. O diagnóstico tardio pode ajudar na qualidade de vida pra que, a partir daí, ela comece uma vida mais tranquila e dentro das limitações dela,” Cecilia.

Especialista

Para o psicólogo Leandro Cunha, o diagnóstico de TEA, ainda que tardio, é fundamental no sentido de permitir que o indivíduo compreenda melhor suas características e dificuldades, facilitando o acesso a tratamentos e apoio adequados. “Isso pode melhorar significativamente a qualidade de vida do adulto, provendo bem-estar emocional e inclusão social – não só para ele, mas para as pessoas ao redor dele”.

Segundo ele, alguns fatores contribuem para o diagnóstico tardio, sobretudo em adultos. “A criança apresenta a característica, em si, desde cedo, algo que é muito observado nos dias de hoje. Mas, nos adultos, trata-se da própria falta de conhecimento e de conscientização, tanto da própria pessoa como de quem está ao redor, além de crenças culturais que minimizam ou deixam um pouco de lado esses sinais. 'O adulto não pode ter isso ou aquilo'”, disse.

“Há também o próprio estigma social associado ao TEA. Além disso, alguns sintomas sutis podem ser confundidos com outras condições, como TOC, TDAH”, contou. De acordo com o especialista, muitos diagnósticos tardios de TEA estão associados ao nível 1 de suporte, popularmente conhecido como autismo leve. “Indivíduos nesse nível podem apresentar dificuldades bem sutis na interação social e na comunicação, levando ao não reconhecimento dos sinais, inclusive durante a infância”.

A partir do diagnóstico, ainda que tardio, o caminho a ser seguido, segundo Cunha, é simples: buscar informações detalhadas e sobre como o TEA afeta a vida adulta, além de apoio profissional por meio de terapeutas ocupacionais, aconselhamento psicológico e mesmo grupos de apoio e comunidades que compartilham da mesma experiência.

“A ausência de diagnóstico e a falta de suporte adequado podem levar a dificuldades na vida adulta, incluindo dificuldades acadêmicas; problemas no ambiente de trabalho, afetando o desempenho profissional; dificuldades nas relações interpessoais e sociais; maior incidência de transtornos de humor e ansiedade. Por quê? Porque a pessoa não sabe nem o que tem, não tem o diagnóstico. Está tudo sendo confundido, gerando dificuldades na vida adulta”, concluiu.

Fonte: Agência Brasil
Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

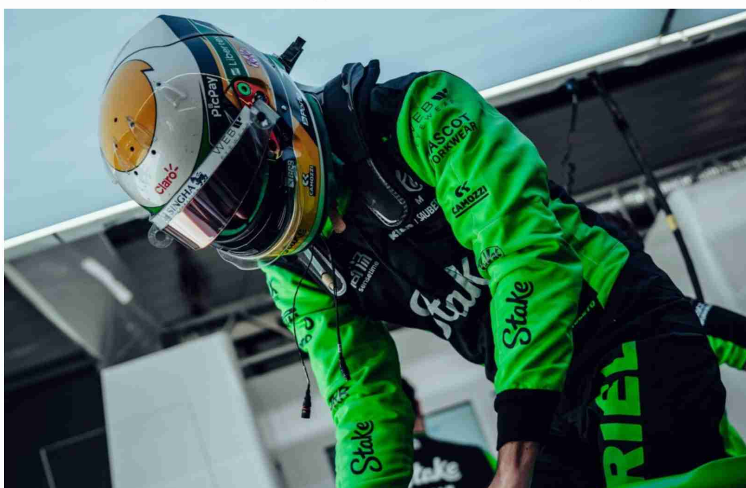
Eufrázio

Bortoleto encara nova lição em técnica Suzuka com Sauber que tem pouco a oferecer

Por mais que a Fórmula 1 tenha evoluído e os carros hoje sejam muito diferentes dos vistos há 30, 40, 50 anos, seja em tecnologia ou simplesmente em tamanho, ainda há pistas no calendário que carimbam lugar pela aura quase mítica que possuem. Suzuka é, sem dúvida, uma dessas que levam muitos a um passado afetivo por conta de vários títulos decididos, alguns desses que envolveram Ayrton Senna, adorado no Japão, e que verá novamente um brasileiro por lá oito anos depois, ainda que a situação de Gabriel Bortoleto seja completamente diferente e nem deva ser em nenhum momento comparada à de tamanho personagem da categoria.

O paralelo acima, na verdade, é apenas o famoso 'gancho' que usamos no jargão jornalístico para dizer que Bortoleto terá um desafio e tanto pela frente neste fim de semana. As duas primeiras corridas da temporada 2025, aliás, já deram ótimo desenho — ou péssimo, dependendo do ponto de vista — do que será a vida de Gabriel até Abu Dhabi a bordo de uma Sauber que tem muito, muito pouco a oferecer a seus pilotos. É verdade que Nico Hülkenberg, o experiente, conseguiu pequeno milagre ao pontuar na Austrália — muito graças ao salseiro causado pela chuva, claro —, só que a China escancarou uma realidade difícil para qualquer piloto digerir.

Sim, o ano virou, e o carro da Sauber continua sendo um dos piores do grid, e nem Bortoleto, nem Hülkenberg chegaram lá enganados. Na China, por exemplo, as câmeras onboard captaram toda a dificuldade do brasileiro em se manter no traçado, por mais que tenha assumido o erro pela rodada ao pegar a parte suja da pista. O mesmo aconteceu com



Nico, que saiu em uma das curvas depois de brigar muito com o volante ainda na volta 1.

Nesse momento, a luta é contra Alpine e Haas, ainda que a esquadra chefiada por Ayao Komatsu tenha ido muito bem em Xangai — ele já admitiu que vai depender do tipo de pista. Na prática, a base em Hinwil tem o desafio de ascender para a 'F1 B' e passar o bastão para a Audi de forma digna. É por isso que o chefe, Mattia Binotto, fala em "maximizar cada oportunidade", pois não dá para fazer qualquer prognóstico para as próximas etapas que não seja esse: ficar longe de erros e ser oportunista.

No Japão, por exemplo, Bortoleto terá mais um circuito novo e manhoso, que, de certa forma, ficou um tanto obsoleto para a F1 moderna por ser mais estreito, mas que continua sendo extremamente técnico e exigente e com um asfalto que costuma ser abrasivo. A famosa pista old school. A sexta-feira, portanto, será de suma importância para adquirir quilometragem, buscando, em primeiro lugar, cumprir o cronograma do fim de semana, sem pressão.

Sobre isso, aliás, Gabriel mostrou nas categorias de base que não é o tipo de piloto que sucumbe a ela, e a mesma postura foi vista tanto na Austrália quanto na China. Assim que colocou o pé na F1, sentiu o peso da língua afiada de Helmut Marko ao ser denominado um "piloto nível B". Mostrou ainda na classificação, ao passar com a Sauber para o Q2, que não era bem assim. Antes, ainda esfregou o dedo na ferida ao sutilmente lembrar que o consultor da Red Bull tinha mais insucessos na F1 do que o contrário — Verstappen talvez o único, considerando a rotatividade do assento nº2 por lá.

Na corrida em Melbourne, problemas surgiram nos freios e também na suspensão, avariada logo no começo. A batida, portanto, não foi puramente um erro, ainda que ele tenha admitido que, sim, "forçou demais". Veio o fim de semana em Xangai, com sprint, o que o deixou com apenas um treino livre para aprender na prática alguma coisa. Sim, na prática, pois ciente de que seria uma etapa encurtada e logo no começo do campeonato, dedicou-se bastante ao simulador para achar os atalhos do circuito chinês.

Funcionou muito bem na classificação da sprint, pois ele conseguiu mais uma vez avançar para a segunda parte. Na prova curta, novamente o entravado carro da Sauber não foi nem para frente, nem para trás. De bom, se é que pode se ver algum lado positivo em uma batalha pelas últimas posições, é que Bortoleto chegou à frente de Hülkenberg nas duas corridas da rodada.

Mas isso, infelizmente, não é nada. A Sauber até captou outros pontos altos, como o ritmo de Gabriel com pneus duros, páreo ao dos concorrentes diretos, além da operação "sem problemas", mas o diretor de programas e operação da equipe suíça, Beat Zehnder, resumiu de forma clara, objetiva e cortante: "A conclusão positiva é que os dois carros completaram a corrida."

É a essa frase que Bortoleto precisa se agarrar, pois será fundamental chegar ao fim de cada final de semana inteiro, e isso inevitavelmente joga pressão, ainda que velada, sobre o piloto mais novato. Mas, repito, ele mostrou na base, sobretudo na Fórmula 2, que jogar esse jogo não será problema. Foi dessa forma que chegou aos dois títulos e seguindo caminhos bem distintos — na F3, liderou de ponta a ponta, enquanto na categoria de acesso à F1, precisou pegar a mão até atingir a consistência necessária para deixar os adversários para trás.

Em suma, Suzuka vai oferecer a Gabriel teste ainda mais engenhoso, não apenas pela natureza do circuito, mas pelo que a Sauber realmente precisa neste início de ano para começar a sonhar com passos maiores ainda em 2026. Por enquanto, ele está no caminho certo.

Fonte: grandepremio.com.br
Foto: Sauber

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Fiocruz identifica impactos da exploração de petróleo no pré-sal

A Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), elaboraram o Relatório Analítico de Perdas e Danos da Cadeia do Petróleo e Gás do Pré-Sal, que identifica 25 possíveis impactos ainda não listados por estudos que embasaram o licenciamento do pré-sal, especificamente o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

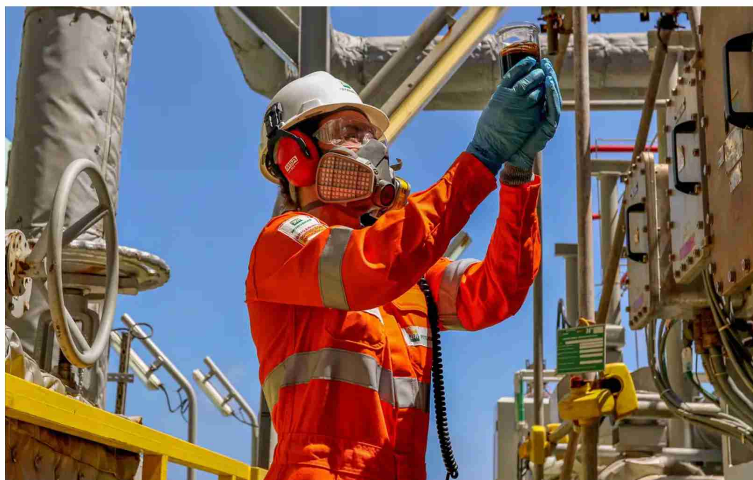
Nos estudos técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e das empresas que operam os empreendimentos, são consideradas três categorias de impacto: físicos (alterações no solo, água, ar), bióticos (plantas, animais); e socioeconômicos (afetam o modo como as pessoas vivem, trabalham, se divertem e convivem em comunidade), além dos aspectos de cumulatividade (soma de vários impactos no mesmo lugar).

A partir do estudo do OTSS, a Fiocruz e o FCT propuseram cinco novas categorias de impacto ainda não consideradas pelos documentos oficiais:
- Culturais;
- Econômicos e sobre o bem-estar material;
- Institucionais, legais, políticos e igualdade;
- Sobre a qualidade do meio ambiente habitado e o bem-viver
- Sobre a saúde e o bem-estar das pessoas afetadas pelo empreendimento.

Neste contexto, boa parte das perdas e danos verificada pelo novo estudo foi identificada a partir de lacunas no processo de licenciamento. "Um exemplo são os impactos dos navios aliviadores, que são analisados em documentos diferentes do EIA de exploração de petróleo em águas ultraprofundas do pré-sal. Assim, nenhum EIA de quaisquer das três etapas do pré-sal apresenta a análise dos impactos dos navios aliviadores, somente dos navios-plataformas, o que leva a uma visão fragmentada e insuficiente dos impactos reais do empreendimento de exploração do petróleo do pré-sal", afirma a Fiocruz.

"Foram aspectos como esses que, por enquanto, geraram nova revisão do EIA pelo órgão licenciador, que já cita os impactos gerados pelos navios aliviadores no documento para a etapa 4 do pré-sal. A gente espera que considerem as demais recomendações também", diz a bióloga Lara Bueno Chiarelli Legaspe, pesquisadora do OTSS e parte do grupo que elaborou o relatório Perdas e Danos.

Para Leonardo Freitas, coordenador-geral de Governança e Gestão do OTSS e revisor tecnocientífico do estudo, é preciso considerar a relevância do licenciamento ambiental como política pública. "Portanto, é fundamental que as populações afetadas por esses empreendimentos possam incidir sobre o licenciamento. Não apenas denunciar problemas quando são observados, mas avançar fazendo anúncios e, na medida do possível, contribuindo para fortalecer e melhorar esse licenciamento. O Estudo de Perdas e Danos busca não apenas mostrar lacunas em relação ao licenciamento do Pré-Sal, até porque suas recomendações valem para muitos empreendimentos licenciados Brasil afora", argumenta.



O relatório também traz 14 recomendações para aprimorar o processo de licenciamento e fortalecer a defesa de territórios tradicionais localizados na área de influência do empreendimento. "Entre elas, está centrar a análise do licenciamento ambiental e de suas condicionantes a partir do conceito de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, perspectiva que vai além dos meios tradicionalmente avaliados (físico, biótico e socioeconômico), considerando que há relação entre os impactos de diferentes meios, que se acumulam e potencializam", diz a Fiocruz.

"O relatório é muito importante porque traz contribuições fundamentais para avaliar impactos que estão além dos contemplados para o licenciamento. Mas precisamos aprofundar as discussões sobre as demandas apontadas para definir os nexos causais entre os novos impactos e a atividade de exploração de petróleo e gás. É uma grande iniciativa para ajudar a aprimorar nossos processos e a prever perdas de forma estratégica e antecipada", avalia Carlos Eduardo Martins Silva, analista do Ibama que atua na Coordenação de Petróleo e Gás Offshore.

Pré-sal

A exploração do pré-sal, a camada ultraprofunda no oceano que armazena petróleo e gás natural, começou há cerca de 18 anos no Brasil. Essa camada tem cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura, e está localizada entre os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina. É tão grande que nela caberiam mais de três estados do Rio de Janeiro.

Segundo o estudo, em três etapas de perfuração, exploração e alteração no ambiente original, muitos impactos invisíveis já trouxeram consequências notáveis na saúde mental das pessoas e na dinâmica das comunidades. Em processo de licenciamento ambiental pela Petrobras junto ao Ibama, a Etapa 4 tem agora como objetivo ampliar a exploração de petróleo e gás natural do pré-sal da Bacia de Santos, dando continuidade aos projetos Etapa 1, Etapa 2 e Etapa 3.

Os dez projetos que compõem a Etapa 4 terão cerca de 152 poços, totalizando uma produção média estimada de 123 mil m3/dia de petróleo e 75 milhões de m3/dia de gás natural. O tempo médio de operação previsto para cada uma das unidades é de 25 anos. Segundo a Fiocruz, para se ter uma ideia, 123 mil m³ de petróleo bruto seriam suficientes para abastecer aproximadamente 5,7 milhões de carros por dia, considerando o petróleo bruto necessário para produzir a gasolina.

"A gente gostaria de aprimorar a forma de fazer esde licenciamento. E as condicionantes também devem ser dialogadas com as comunidades. Do que os territórios precisam? Saneamento, educação, formação? Há várias outras possibilidades de condicionantes", aponta Marcela Cananéa, coordenadora de Justiça Socioambiental do OTSS e integrante das coordenações do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC).

Recomendações

Nesse contexto, a lista de recomendações gerada pelo estudo traz 14 pontos prioritários tendo em vista o fortalecimento do licenciamento ambiental federal. Alguns deles são:

1. O Projeto Povos de Caracterização de Territórios Tradicionais (PCTT) deve ser reconhecido e implantado como política pública, de forma permanente e com atualizações periódicas.

2. O licenciamento ambiental em seus estudos (EIAs) deve centrar a análise na constituição de territórios sustentáveis e saudáveis, perspectiva que vai além dos meios tradicionalmente avaliados (físico, biótico, socioeconômico), considerando que há relação entre os impactos de diferentes meios, que se acumulam e potencializam.

3. Recomenda-se a inclusão de todas as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, de sertão e da região costeira, tendo em vista a noção de território único e o modo de vida tradicional

4. Recomenda-se que seja realizado estudo aprofundado de modo a identificar, integrar e classificar os impactos socioambientais não considerados no EIA.

5. A partir dos 25 novos danos e impactos revelados, que sejam apresentados estudos de reparação justa e integral, e também de valoração, incluindo as externalidades.

6. As condicionantes de interesse das comunidades tradicionais devem ter termos de referência construídos por essas comunidades, junto aos movimentos sociais do território.

7. As comunidades tradicionais definem e incidem sobre as condicionantes de interesse para o território, e ajudam a elaborar os termos de referência das mesmas em diálogo direto entre suas lideranças e o órgão licenciador, sem a necessidade de intermediação de órgãos intervenientes do processo de licenciamento.

8. Os estudos de impactos cumulativos do território sejam territorializados, integrando os resultados dos estudos de impactos cumulativos e sinérgicos do território.

9. Os órgãos públicos devem ser incorporados nos debates sobre os territórios, com destaque para: Funai, Fundação Palmares, Incra e Iphan.

"Precisamos mostrar os impactos disso tudo, com dados científicos e organizados para pautar o empreendedor e deixar bem claro: nós precisamos de reparação porque o empreendimento afeta nossa saúde mental, afeta nosso território, nosso direito de ir e vir e nossa cultura", diz Vagner do Nascimento, coordenador-geral do OTSS e integrante do Colegiado de Coordenação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT).

Fonte: melhorviagemlp.com
Foto: Antonio Gonçalves/Governo do Tocantins

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife
26°
22°

DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

INFORMATIVOS-SINDAPE

SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAPER Fundado em 15 de fevereiro de 1989 Registro Sindical (MTE - CNES)-Nº243.330.008421/90-53 CNPJ - 24.130.684/0001-04 Endereço: Rua do Sol, 357 bairro do Carmo, OLINDA-PE. – OLINDA/PE- CEP -53.140.080 CEP- 53. 129.010 - TeleFax: (81)9.99780605 BLOG: www.sindaper.blogspot.com.br Email: sindapeorg@gmail.com NOTÍCIAS SINDICAIS - SINDAPER ******************** ÓRGÃO NOTICIOSO DO SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO- SINDAPER- PRESIDENTE BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS-DIRETORA DE COMUNICAÇÃO-//- MILENA MARIA MUNIZ XAVIER- CEL – 9.9442.7877 - //- SECRETÁRIO GERAL-EDWALDO GOMES DE SOUZA- CEL.9.9978.0605.- EXPEDIENTE DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA DAS 9:00 ÀS 17:00- REUNIÃO DA TERÇA-FEIRA DAS 9 AS 12 HORAS DA MANHÃ - EDIÇÃO DE 01 DE MARÇO DE 2025. PUBLICAÇÃO- AOS SÁBADOS NO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ-CEL 9.87924973 ATENÇÃO: INFORMA A DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: O SINDICATO ESTARÁ EM BREVE NA REDE SOCIAL COM ENDEREÇO NA RUA DO SOL, 357 – OLINDA CARMO- ATENÇÃO: FILIAR-SE AO SINDAPER, É DEFENDER NOSSOS DIREITOS DE ADVOGADO/A, (ART. 8ª. III- C.F). DO ESTATUTO DO SINDAPER: -ART. 2º -IV" – INTEGRA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO ENTIDADE COMPROMETIDA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, O BEM ESTAR SOCIAL. "DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA: "CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O PRESENTE ESTATUTO".ART. 16ª, NOTA IMPORTANTE – O SINDICATO ENCONTRA-SE EFETIVAMENTE REGISTRADO, NA FORMA DO ESTATUTO SOCIAL, EM VIGOR, CONFORME A ATA DA REUNIÃO-DA-ASSEMBLÉIA-GERAL-EXTRAORDINÁRIA -DATADA DE 19 DE SETEMBRO/2024, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 3472 DE 04 DE OUTUBRO DE 2023 NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO EM BRASÍLIA DF. E COM O PROTOCOLO Nº. 250669, DE 03/05/2024 E RECEITA FEDERAL, EM BRASÍLIA- DF. E DEVIDAMENTE AVERBADA NO CARTÓRIO DO 2º.REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE OLINDA/PE FRANCISCO DE QUEIROZ CAVALCANTI – OFICIAL. DA REUNIÃO DAS TERÇAS FEIRAS- NÃO HOUVE À REUNIÃO EM 14/DE/FEVEREIRO /2025 –REUNIÃO INFORMAL DAS TERÇAS-FEIRAS- VIRTUAL E PRESENCIAL ÀS 10:00-HS. AS REUNIÕES COM OS MEMBROS DA DIRETORIA EXCUTUVA- (-QUE ESTÃO SENDO REALIZADA NA SEDE DA OAB/OLINDA-) – TEMPORARIAMENTE, ENQUANTO TOMAREMOS POSSE DE NOSSA SEDE PRÓPRIA NA CIDADE DE OLINDA NA RUA DO SOL, 357- BAIRRO DO CARMO. NOTA: TEMA DA REUNIÃO=(QUE FOI REALIZADA NA TERÇA-FEIRA – 14/01/2025) ATA REGISTRADA NO 2º. CARTÓRIO DE OLINDA/PE, DEVIDO A NECESSIDADE DA ENTIDADE SINDICAL DE OBTER RECURSO ATRAVÉS DA ANUIDADE QUE SERÁ COBRADA, O MOTIVO DA REUNIÃO , FOI DE FIXAR O VALOR DE R$ 30,00 POR MENSAL, OU ANUAL EM R$ 360.00, PAGO ATRAVÉS DO PIX PERANTE O BANCO SANTANDER AGENCIA DO BRASIL= AGENCIA 4001- AV. ALFREDO LISBOA,13,BAIRRO-DO-RECIFE-CEP:50.030.160- RECIFE,EM-IGUAL FORMULÁRIO AO ANTERIOR E QUE FOI APROVADO, NESTA REUNIÃO, PELOS MEMBROS DA EXECUTIVA DO SINDAPER PRESIDIDA POR BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS; EDWALDO GOMES DE SOUZA- SECRETÁRIO GERAL; ERIKA PATRICIA FELIX DA SILVA, ATUALMENTE RESPONDENDO PELA TESOURARIA.–: QUE O VALOR DA ANUIDADE ACIMA EXPOSTO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, QUE SERÁ REMETIDO AOS FILIADOS VIA CORREIOS AOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, CUJO "OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS DA SEGUINTE MANEIRA: O DEPÓSITO A CRITÉRIO DO(A) FILIADO(A), EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO SANTANDER BRASIL S/A - ANUIDADE – 2025 – VALOR RS 30,00 POR MÊS 1º.) EM ÚNICA PARCELA R$ 360,00 (EM QUALQUER DATA) // 2º. Em 2 (duas) Parcelas de R$ 180,00,00- (Meses=(JAN/FEV) a 3º. Referente aos MESES =,MAR, ABR. MAI e JUN = R$ 120,00)//4º)-Em3(três)Parcelas-de-R$.90,00,com-VENCIMENTOS:Em JUL/;AGO/;SET/;OUT/;NOV/;DEZ=2025. NA OPÇÃO DE UMA DAS MENSALIDADES – PODERÁ SER DEPOSITADA na AGÊNCIA principal do BANCO,(AGÊNCIA-(4001) AV. ALFREDO LISBOA, 13-BAIRRO do RECIFE//PE. NOTA: FORMA DE PAGAMENTO PELO PIX, 021.367.084-49 COM O VALOR EQUIVALENTE A MENSALIDADE OPTADA ou na CONTA nº. 02013703-1 sob a responsabildade da DIRETORA TESOUREIRA ERICA PATRICIA FELIX DA SILVA." AOS ADVOGADO/A/S -A Categoria Profissional Diferenciada, conforme preceitua o artigo 511 da CLT é aquela formada por empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de Estatutos Profissionais Especiais, sendo a competência da Justiça do Trabalho as Entidades Sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais. O art. 133 –Constituição Federal, o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. AS FUNÇÕES DO SINDICATO - As principais funções de um Sindicato são proteger, defender e apoiar os interesses comuns dos membros, atuando como um mediador entre os trabalhadores e as organizações para as quais eles/trabalham. PATRONO DA ADVOCACIA - RUY BARBOSA: "EM TODAS AS NAÇÕES LIVRES, OS ADVOGADOS SE CONSTITUEM NA CATEGORIA DE CIDADÃOS QUE MAIS PODER E AUTORIDADE EXERCEM PERANTE A SUA SOCIEDADE". FRASE CELEBRE-" ANTES DE COMEÇAR A CRITICAR OS DEFEITOS DOS OUTROS, ENUMERA AO MENOS DEZ DOS TEUS."ABRAHAM LINCOLN TRIBUNA-DO-ADVOGADO-(A) – SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDAPER - NOTA ((Este espaço é reservado para o/a ADVOGADO(A) fazer valer suas prerrogativas com críticas pertinentes e reclamações a respeito do funcionamento-da-ciência-jurídica-e-o-DIREITO.))... NOSSA-OPINIÃO: Saque-aniversário "Criada em 2019 e em vigor desde 2020, a modalidade do saque-aniversário permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do fundo do FGTS a cada ano, no mês de aniversário.Em troca, o trabalhador não poderá sacar o valor depositado pela empresa em caso de demissão sem justa causa, apenas a multa rescisória.O período de saques começa no primeiro dia útil do mês de aniversário do trabalhador. Os valores ficam disponíveis até o último dia útil do segundo mês subsequente. Caso o dinheiro não seja retirado no prazo, volta para as contas do FGTS em nome do trabalhador. Governo Lula,também anuncia primeira vacina 100% nacional contra a dengue e reforça parcerias na. Saúde." .... - NOTICIA-Sentença por IA: inovação necessária ou ameaça à essência do.Direito? O Direito, como ciência social aplicada, sempre refletiu as transformações da sociedade. Desde os primórdios da civilização, a construção de juízes e sentenças foi moldada por valores humanos, culturais e éticos. No entanto, o mundo atual, marcado pela revolução tecnológica, coloca novos desafios para o Direito. A inteligência artificial (IA) emerge como uma ferramenta poderosa, capaz de analisar dados, redigir textos e até sugerir argumentos jurídicos. Mas até que ponto a IA pode participar da elaboração de sentenças sem comprometer os princípios fundamentais do Direito? Essa questão ganhou destaque recentemente, quando uma decisão judicial foi contestada não por seu mérito, mas por sua suposta autoria: uma sentença que teria sido redigida por IA, mais especificamente pelo ChatGPT. Nesse contexto, é oportuno recordar as palavras de Hans Kelsen, em sua obra Teoria Pura do Direito: "O Direito é uma ordem normativa da conduta humana, um sistema de normas que regula o comportamento." Kelsen defendia que o Direito deve ser compreendido como um sistema dinâmico, construído por decisões humanas que refletem valores sociais e éticos. A introdução de IA na elaboração de sentenças, portanto, pode ser vista como uma contradição à sua teoria, pois substituiria a vontade humana por algoritmos, despersonalizando o processo decisório. Recentemente, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) julgou um caso peculiar: uma parte contestou uma sentença, alegando que ela havia sido redigida por inteligência artificial. A argumentação foi embasada em uma consulta ao ChatGPT, que indicou uma "probabilidade média a grande" de o texto ter sido gerado por IA. O TJ-SP, contudo, considerou o pedido infundado e negou o recurso por insuficiência probatória. Esse episódio, além de peculiar, suscita uma questão fundamental: quais são os impedimentos legais à elaboração de sentenças por IA, e quais os impactos dessa prática para a comunidade jurídica? A inteligência artificial tem transformado diversas áreas, e o Direito não é exceção. Essas ferramentas são capazes de analisar vastos volumes de dados, elaborar documentos e até sugerir argumentos jurídicos com base em jurisprudência e doutrina. No entanto, quando se trata da redação de sentenças, a fronteira entre o progresso tecnológico e a violação de princípios jurídicos torna-se tênue. Embora a IA possa ser uma aliada na automação de tarefas repetitivas, sua utilização para a tomada de decisões judiciais representa um risco significativo. A Constituição e o Código de Processo Civil estabelecem princípios que podem ser interpretados como obstáculos legais à elaboração de sentenças por IA. O princípio da fundamentação das decisões judiciais (artigo 93, IX, CF/88) exige que o magistrado demonstre de forma clara e lógica como chegou à conclusão apresentada. Uma decisão redigida por IA, por mais bem estruturada que pareça, não reflete o raciocínio humano, o que pode configurar uma violação desse princípio. Ademais, o dever de independência e imparcialidade do juiz (artigo 95, CF/88) pode ser comprometido, uma vez que a IA não possui capacidade de julgar com base em valores humanos, como a empatia e a sensibilidade. Riscos à integridade-Outro aspecto crucial é a responsabilidade do magistrado (artigo 133, CPC). Se uma sentença for elaborada por IA, quem responde por eventuais equívocos ou injustiças? A falta de clareza nessa questão pode gerar um vácuo de responsabilidade, minando a confiança no sistema judiciário. Por fim, a segurança jurídica pode ser comprometida, já que a IA pode produzir decisões inconsistentes ou baseadas em vieses presentes em seus dados de treinamento. A adoção de IA para redigir sentenças não apenas viola princípios legais, mas também representa uma série de desafios para a comunidade jurídica. Um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2022 revelou que 76% dos magistrados brasileiros veem a IA como uma ferramenta útil para tarefas auxiliares, como pesquisa jurisprudencial e redação de minutas, mas apenas 15% apoiam sua utilização na elaboração de sentenças.Em termos de eficiência, a IA poderia reduzir o tempo médio de tramitação de processos em até 30%, segundo projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No entanto, esse ganho de eficiência pode ser anulado pelos riscos de decisões inconsistentes ou discriminatórias. Um exemplo preocupante é o caso dos vieses algorítmicos: em 2021, um estudo da Universidade de Stanford mostrou que sistemas de IA treinados com dados históricos tendem a reproduzir padrões discriminatórios, como preconceitos raciais e de gênero, presentes nesses dados. A discussão não deve ser vista como uma mera curiosidade tecnológica, mas sim como uma questão que toca o cerne da atividade jurídica. Enquanto a IA pode ser uma ferramenta útil para otimizar processos e auxiliar na pesquisa jurídica, sua utilização para redigir sentenças representa um risco significativo para a integridade do sistema judiciário. A comunidade jurídica deve estar atenta a esses desafios e buscar um equilíbrio entre a inovação tecnológica e a preservação dos princípios fundamentais do Direito. Hans Kelsen ressaltou que o Direito é fruto da vontade humana e da razão. Decisões judiciais não são meras aplicações mecânicas de normas; são construções complexas que exigem sensibilidade, experiência e discernimento. A substituição do juízo humano pelo algorítmico pode representar um retrocesso, afastando o Direito de sua missão primordial: promover justiça e equidade. Portanto, a comunidade jurídica deve encarar a IA com cautela e responsabilidade. A inovação tecnológica deve ser bem-vinda, mas sempre subordinada aos princípios éticos e legais que garantem a confiança no sistema judiciário. Afinal, o Direito não é apenas um conjunto de normas; é uma expressão da humanidade em sua busca incessante por justiça. E, nessa busca, a máquina jamais poderá substituir o coração e a mente do ser humano.Estaria Kelsen correto ao defender que o Direito é intrinsecamente humano?POR: Mabel Cristina Santos Guimarães é advogada de inovação jurídica, UX Jurídica, Legal Storyteller, pós-graduada em Direito Administrativo (UFPE) e LegalTech: Direito, inovação e startups (PUC), especialista em Business Analytics e Ciência de Dados (UNICAP) e Soft Skills (University of Chicago), sócia do Urbano Vitalino Advogados, colunista da Revista Paradigma e premiada como Expressão Brasil 2022 e 2024.- 24 de fevereiro de 2025 – REVISTA CONJUNTURA JURIDICA. NOTICIAS -SOB AS LUZES-Dino exalta protagonismo do STF e avanços nos critérios de transparência de emendas Pix Nos últimos 20 ou 30 anos, o Supremo Tribunal Federal ganhou um protagonismo inédito, e que veio para ficar. Alguns podem não gostar, mas todos concordam que não é possível imaginar um Supremo omisso, um Supremo amedrontado. Flávio Dino deu uma aula magna na PUC-SP na noite desta segunda-feira, 24/02/2025. Essa análise é do ministro Flávio Dino, do STF, que concedeu entrevista coletiva antes de proferir uma aula magna na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na noite desta segunda-feira (24/2). Ao comentar as regras impostas pela corte para o pagamento das emendas Pix, um tema que está sob sua relatoria, Dino lembrou que a separação entre os poderes estabelecida na Constituição é maleável. "Não cabe ao STF decidir se a emenda Pix é algo bom ou ruim, mas cabe ao Supremo impor critérios, balizas constitucionais para adequar esse instrumento ao texto constitucional." Segundo o magistrado, a controvérsia em torno das emendas Pix não deve ser resolvida tão cedo. "Estamos avançando. Antes não havia transparência e nem regras para a liberação das emendas Pix". Dino é relator da ADI 7.697, ajuizada pelo PSOL, que questiona os critérios para liberação das emendas impositivas. Julgamento de Bolsonaro no Supremo Ao comentar o pedido de impedimento anunciado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra ele, Dino se limitou a dizer que não lhe cabe falar sobre algo que não foi julgado. O ministro também disse que os advogados têm o direito de propor essa tese e que o assunto será julgado pelo STF no momento certo. Ele também defendeu a competência da 1ª Turma do tribunal para julgar Bolsonaro, já que a tramitação nesses moldes está prevista no regimento do STF. Para Dino, o Plenário do Supremo deve primeiro tomar uma decisão sobre a mudança de regimento para só depois julgar o ex-presidente. POR: Rafa Santosé repórter da Revista Consultor Jurídico.EM 24 de fevereiro de 2025 FONTE: REVISTA CONJUR. NOTICIA - NOTICIAS- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONVÊNIOS- - R-E-L-A-Ç-Ã-O D-O-S C-O-N-V-Ê-N-I-O-S E PRESTAÇÃDE DE SERVIÇO -PARA O O SEU CELULAR- COM ATENDIMENTO À DOMICILIO A FIRMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DECELULAR, ATENDE AO SEU CHAMADO. BASTA TELEFONAR PARA (810 8735.0443 E 9521.4278- OU NA RUA DR. AMARO PEDRO S/N BAIRRO DE SANTO ANTONIO – RECIFE/PE- AO LADO DA CAIXA ECONÔMICA- GUARARAPES, -BOX 1. FALAR COM 2RICARDO JOÃO DO NASCIMENTO. CONVÊNIO COM ÓTICA - "PONTO ÓPTICO"- RUA GERVÁSIO PIRES , 134 – BOA VISTA RECIFE- FONE/FAX (81) 3421.1153- E-MAIL: EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COM EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COMQUE OFERECE BONS DESCONTOS AOS ADVOGADOS- VISITE PARA MELHOAR SUA VISÃO CONVÊNIO COM DICCA CURSOS - O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO. HORÁRIO. TELS. 99785744 /8514.3965. CONVÊNIO GRÁFICA E EDITORA REAL LTDA –RUA DA AURORA, 573 LOJA 04 EDF. CAETÉS. BOA VISTA. FONE: 3222.4266. DESCONTO DE 10%. CONVÊNIO CLÍNICAODONTOLÓGICA – DRA, CLÁUDIA GUERRA-CONSULTORIO –CLÍNICA GERAL- RUA NOVA, 225 – 4º ANDAR SL. 404-EDF. SOLIMÕES. ENTRADA PELA RUA DA FLORES – SANTO ANTONIO – RECIFE- - TELS: 3028..33331 /87 95.2366 – DESCONTOS PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS. POR APENAS R$ 200,00 MENSAIS (TARDE/NOITE) – AV. MONTEVIDÉU, 96. ABATIMENTO DE 15% PARA ADVOGADOS -FONE 3038.0172/3039.2693- EMAIL.CONTATO@DICCACURSOS.COM.BR CONVENIO COM A COPIADORA E GRÁFICA RÁPIDA-END. RUA ENGENHO UBALDO GOMES DE MATOS, 27 – SANTO ANTONIO –RECIFE-PE- TELES. 3082.51.02 // 9963.6966. –DESCONTO DE 10% EM TODOS OS SERVIÇOS.CONVENIO COM O TAPETES DE 8VINIL PERSONALIZADO- RESPONSÁVEL ELINE FELIPE – FONES: 9241.0417 // 8762.2995- DESCONTO DE 10% . CONVÊNIO CLINICA PSICOTERAPEUTICA ASSOCIADOS DO RECIFE- E-CLINICA PSICANALITICA SONIA COELHO AMBAS NA RUA DO RIACHUELO 325 SALA 217 – BOA VISTA. COM 20 % ABATIMENTO PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. CONVÊNIO O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO COM A ACADEMIA ATENAS – VÁRIAS MODALIDADES DE GINÁSTICAS. LOCALIZADA NA RUA PRUDENTE DE MORAIS, 92- FONE: 3242.4727- HIPÓDROMO/CAMPO GRANDE-RECIFE. O FILIADO AO SINDICATO GOZA DE ABATIMENTOS DE 20% CONVÊNIO COM A OTICA SMONTE SINAI – COM ENDEREÇO NA AV. GUARARAPES, 86 – BAIRRO SANTO ANTONIO- RECIFE. TEL 3224.1455- COM ABATIMENTO DE 20 % A 30% EM QUALQUER TIPO DE ÓCULOS DE GRAU E ESPORTIVOS PARA CRIANÇAS E ADULTOS, LENTES DE CONTATO. COM ENTREGA RÁPIDA.CONVÊNIO CLÍNICA PSICOLÓGICA – DRA. JEANINE VALENÇA CAVALCANTI – RUA RIACHUELO, 105 S/908 – BOA VISTA. NAS 2ª, 3ª E 4ª FEIRAS. MARCAR.

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989
3224-6967/3424-6967
(81) 99871-0165